



VIA DE PARTO

Falta de analgesia para parto normal no SUS e conveniência econômica no setor privado induzem as grávidas a recorrerem à cirurgia, aponta o Unicef. Especialistas defendem revisão de métodos

Gestantes reféns da “lei” das cesarianas

» LETÍCIA PASSOS

Embora a maioria das brasileiras manifeste preferência pelo parto normal no início da gestação, fatores como a falta de informações durante o pré-natal, o acesso limitado à analgesia e aspectos da organização dos serviços de saúde contribuem para que muitas acabem passando por cesarianas sem indicação clínica.

As conclusões fazem parte de um estudo divulgado, ontem, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que investigou as barreiras enfrentada por gestantes na escolha da via de nascimento.

Intitulada “Já decidi sobre o parto? Influências e barreiras na decisão da via de nascimento entre gestantes”, a pesquisa concluiu que a decisão sobre o tipo de parto não depende apenas da vontade da mulher, mas também de fatores sociais, familiares e estruturais.

A especialista em saúde e nutrição do Unicef, Stephanie Amaral, afirmou que a falta de informação durante o pré-natal e limitações da própria organização dos serviços de saúde ajudam a explicar esse cenário.

“Dentre outros fatores estruturais que impactam a decisão pelo parto normal, podemos destacar alguns que o estudo identificou, como o acesso restrito à analgesia no serviço público, que acaba pressionando pela cesariana (...). Entretanto, aspectos da desinformação também perpassam por questões estruturais, como por exemplo a falta de informação sobre o parto durante o pré-natal, a falta de envolvimento do(a) acompanhante, e até mesmo o desconhecimento do Plano de Parto (...)”, pontuou a especialista.

Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) citados no levantamento, sete em cada 10 brasileiras preferem o parto normal no início da gravidez, apesar de a cesariana ser a forma de nascimento mais predominante no país.

De acordo com a chefe de Saúde e Nutrição do Unicef no Brasil, Luciana Phebo, ampliar acesso à informação e garantir condições adequadas para que as mulheres exerçam sua escolha são medidas essenciais.

“O nosso desafio não é ‘convencer’ as mulheres, mas garantir as

Geonk Park/Divulgação



Influência da família e até falta de envolvimento dos parceiros contribuem para gestantes optarem por cesárea, aponta estudo divulgado pela ONU

condições para que elas possam fazer escolhas informadas e viver um parto seguro e respeitoso. E ter informação confiável, atendimento de saúde qualificado, acesso aos direitos e uma rede de apoio adequada faz toda a diferença para que isso aconteça. Quando promovemos um parto respeitoso, estamos protegendo não apenas os direitos das mulheres, mas também os direitos de cada criança a um início de vida mais seguro e saudável”, afirma Luciana Phebo.

Fatores estruturais

Entre os fatores estruturais, o levantamento destacou a oferta insuficiente de analgesia para o parto normal, o que leva parte das mulheres a enxergar a cirurgia como a única alternativa para evitar a dor.

“Os resultados do estudo, no âmbito individual, foram muito marcados pelo medo da dor. Esse é um fator muito relevante para a decisão sobre o parto durante a gestação e também para

o encaminhamento para a cesárea durante o parto. Sendo assim, é urgente a implementação de medidas relacionadas ao manejo da dor, que podem, sim, contribuir para a diminuição no número de cesáreas eletivas”, citou a especialista.

O desejo de realizar laqueadura também apareceu como um elemento que pode estimular cesarianas sem indicação médica, sobretudo em locais onde há menor oferta de métodos contraceptivos que possam ser associados ao parto vaginal.

No setor privado, a pesquisa identificou ainda fatores institucionais e econômicos que podem favorecer a realização de cesarianas. Entre eles estão: a previsibilidade do agendamento cirúrgico; a organização da rotina médica; custos envolvidos na manutenção de equipes disponíveis durante longos períodos de trabalho de parto.

Stephanie Amaral defende que os modelos de remuneração priorizem práticas baseadas em

evidências, e não fatores econômicos. “Modelos de financiamento não podem estar na frente do direito à saúde — da mãe e do bebê. Nós propomos que esses modelos incentivem as práticas que são baseadas em evidências, em vez do que pode gerar mais lucro para profissionais ou para o hospital”, afirma.

Como formas de ampliar o acesso ao parto normal, o estudo apontou medidas como o fortalecimento dos Centros de Parto Normal; a ampliação da atuação de doulas, obstetizes e enfermeiras obstetras; o incentivo ao uso do Plano de Parto; e a expansão da oferta de analgesia e de métodos não farmacológicos para alívio da dor na rede pública.

Influência da família

O estudo identificou que a decisão sobre a via de parto costuma ser fortemente influenciada pelas pessoas que cercam a gestante. Relatos de mães, avós, tias e seogras exercem peso importante,

especialmente entre usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

Stephanie Amaral afirmou que a rede de apoio exerce papel importante na decisão das gestantes, mas ressaltou que as experiências individuais não devem substituir orientações baseadas em evidências.

“No âmbito social, o estudo mostra o quanto a experiência anterior de mães, sogras e mulheres da rede de apoio pode interferir na decisão sobre o parto. Entretanto, cada experiência é individual, e com informação adequada, o desfecho pode ser mais positivo e baseado em evidências”, avalia.

A pesquisa divulgada pelo Unicef ouviu 131 pessoas em Belém e São Paulo, entre gestantes, puérperas e profissionais de saúde das redes pública e privada. Foram entrevistadas 94 mulheres, 73 atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e 21 pelo setor privado. Os pesquisadores entrevistaram, ainda, 37 profissionais da área, incluindo gestores, médicos e enfermeiros.

ALERTA

El Niño vai chegar ao Sul com onda de tempestades

Uma onda de tempestades deve atingir a partir desta semana o Sul do Brasil e países vizinhos, marcando o primeiro episódio de tempo severo associado ao El Niño de 2026-2027 na América do Sul. Segundo a MetSul Meteorologia, as chuvas fortes podem perdurar de quinta-feira ao menos até terça da semana que vem, afetando principalmente o Rio Grande do Sul, além de Uruguai e Argentina.

Ainda conforme análise da empresa, as condições devem elevar, significativamente, o risco de formação de “supercélulas de tempestades com vendavais destrutivos, granizo grande e fenômenos severos e isolados de vento, como microexplosões e tornados” na região do Cone Sul.

A MetSul prevê volumes de 100mm a 200mm em várias cidades gaúchas até a metade da semana que vem, com risco de algumas áreas acumularem até 300mm ou mais.

Há possibilidade de alagamento em áreas urbanas e rurais com transbordamento de arroios e córregos, com risco de inundação repentina. Várias outras ondas desse tipo são projetadas para os próximos meses, especialmente no fim do inverno e na primavera.

O coordenador-geral de Operações e Modelagem do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Marcelo Seluchi, diz que nos anos de El Niño há maior probabilidade de chuvas mais intensas concentradas num único dia ou em dias consecutivos, com risco de inundações e deslizamentos “Houve ampliação da rede de monitoramento em todo o Brasil e, na Região Sul, foram reinstalados os equipamentos danificados em 2024. Do nosso ponto de vista, o melhor que podemos fazer é manter a rede de observação em condições”, disse. “Recebemos dados dessas redes, temos os protocolos e o pessoal aqui na sala (de situação) monitorando, como sempre fazemos, nos 365 dias do ano.”

“Muito forte”

Outros institutos meteorológicos alertam para a ameaça iminente do El Niño. Na semana passada, o Centro de Previsão Climática (CPC) dos Estados Unidos, vinculado à agência oceânica e atmosférica norte-americana (NOAA), concluiu que o fenômeno climático ganhou força e alcançou 81% de chance de atingir a categoria de “muito forte” entre outubro e dezembro.

Segundo a agência climática norte-americana, o El Niño deste ano pode ser um dos mais violentos desde o início do monitoramento realizado pelos meteorologistas desde 1950. Os cientistas estão certos, ainda, de que o El Niño se estenderá de março a junho de 2027.

Os pesquisadores identificaram que, em junho, houve um aumento na temperatura superior a 1°C em uma grande área da superfície do Oceano Pacífico central e leste.

Aqui no Brasil, o governo federal avalia o impacto econômico do El Niño. Na última semana, o Ministério da Agricultura instituiu, por meio de portaria publicada no *Diário Oficial da União*, um grupo de trabalho para antecipar possíveis medidas preventivas contra o fenômeno.

Entre outras tarefas, a equipe deverá mapear vulnerabilidades regionais e setoriais e propor estratégias de mitigação e instrumentos de proteção do produtor rural. A avaliação deverá considerar os impactos por região geográfica e nas principais culturas, como soja, trigo, milho, feijão, cana-de-açúcar, café e mandioca.

FISCALIZAÇÃO

Governo cobra big techs sobre apostas on-line

» PEDRO JOSÉ*

O Ministério da Justiça e Segurança Pública intensificou a fiscalização sobre as plataformas digitais e cobrou providências do Google e da Apple para impedir que crianças e adolescentes tenham acesso a aplicativos de apostas esportivas e jogos de azar on-line.

Em ofícios enviados às empresas ontem, a pasta questiona a eficácia das medidas adotadas pelas lojas Google Play e App Store para impedir o download dessas aplicações por menores de idade.

No caso do Google, o Ministério da Justiça avaliou a resposta da empresa a uma notificação anterior e rejeitou o argumento

de que a Google Play atua apenas como intermediária na distribuição dos aplicativos.

O Google terá cinco dias úteis para explicar, entre outros pontos, por que não realiza o cruzamento automático do catálogo de aplicativos com a lista oficial de operadores autorizados pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, como monitora aplicativos cujas licenças foram suspensas ou revogadas e quais mecanismos utiliza na própria loja para impedir que menores localizem, pesquisem ou façam o download dessas plataformas.

Já em relação à Apple, no documento enviado à empresa, a pasta reconhece que a fabricante

Reprodução/redes sociais e Joédson Alves / Agência Brasil



Ministério exigiu providências para proteger crianças e jovens

apresentou medidas consideradas mais robustas para restringir o acesso às apostas. Segundo a big tech, a App Store brasileira passou a contar

com um bloqueio técnico específico para impedir a publicação de aplicativos de apostas até que apenas operadores oficialmente autorizados pudessem permanecer disponíveis.

Apesar de reconhecer a postura colaborativa da Apple, o Ministério da Justiça destacou que ainda existem pontos que precisam ser esclarecidos. Um deles envolve os chamados cassinos sociais, aplicativos que simulam apostas, mas não oferecem prêmios em dinheiro.

Embora esses aplicativos não estejam sujeitos à regulamentação específica do setor de apostas, o governo entende que eles reproduzem mecânicas semelhantes às dos jogos de azar e, por isso, também podem expor crianças e adolescentes a comportamentos de risco.

O **Correio** entrou em contato com as duas empresas, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

No Rio de Janeiro, a prefeitura proibiu a publicidade de plataformas de apostas em espaços

públicos. O decreto, publicado ontem, determina que anúncios de casas de apostas deixem de aparecer em locais como mobiliário urbano, ruas, avenidas e outros espaços cuja exploração dependa de autorização, licença, permissão ou concessão do município. A fiscalização poderá determinar a retirada imediata das peças e aplicar as sanções previstas na legislação.

A restrição também alcança áreas privadas que dependem de autorização da prefeitura e passa a valer para contratos, concessões, permissões e eventos patrocinados, organizados ou apoiados pelo município. Além dos anúncios tradicionais, o decreto proíbe a divulgação de marcas, logotipos, aplicativos, sites, campanhas promocionais, bônus, slogans, mascotes e qualquer outro elemento que identifique plataformas de apostas.

***Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**